

## INSTRUMENTOS DO FAZER ARQUIVÍSTICO

*Instruments of the archival field*

**Paula Regina Ventura Amorim Gonzalez**

*Doutora em Ciência da Informação  
Universidade Estadual de Londrina  
paulaventuramorim@gmail.com*

**Brígida Maria Nogueira Cervantes**

*Doutora em Ciência da Informação  
Universidade Estadual de Londrina  
brigidacervantes@gmail.com*

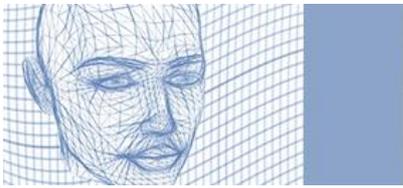
### Resumo

As instituições arquivísticas desde seus primórdios organizam, preservam e disponibilizam documentos criados pela sociedade para que sirvam como evidência ou prova de algum evento ocorrido. Nesse sentido, preservar e garantir o acesso às informações e aos documentos é um ato imprescindível. A partir dos anos de 1980, com as possibilidades proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação os arquivos passaram a disponibilizar seus instrumentos de pesquisa na ambiência digital através de seus websites, ampliando as possibilidades de acesso ao cidadão que procura os arquivos para satisfazer suas necessidades informacionais. A ênfase neste trabalho estanciou-se no processo de organização e representação da informação arquivística, em nos instrumentos utilizados no trabalho do arquivista para a elaboração dos instrumentos de pesquisa, elemento capital para o acesso aos ambientes analógicos ou digitais. Como procedimento metodológico optou-se pelo estudo bibliográfico e documental acerca dos aspectos da descrição arquivística e dos instrumentos, a partir da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), os vocabulários controlados e os metadados do domínio arquivístico proposto pelo e-Arq Brasil. Assim, o profissional necessita utilizar os instrumentos adequados para a descrição de recursos informacionais visando garantir facilidades para o acesso, a integridade dos dados e a confiabilidade do ambiente documental, de maneira a atender a demanda social.

**Palavras-chave:** Acesso à Informação; NOBRADE; Vocabulário controlado; Metadados; Arquivista.

### Abstract

Archival institutions, from their earliest days, organize, preserve and make documents created by society available, to serve as evidence or proof of an event that has taken place; In this sense, preserving and guaranteeing access to information and documents is an indispensable act. From the 1980s onwards, with the possibilities offered by Information and Communication Technologies, the archives started to make their research tools available in the digital environment through their *websites*, expanding the possibilities of access to the citizen who searches the archives to satisfy their informational needs. The emphasis in this work lies in the process of organizing and representing archival information; The instruments used in the archivist's work are sought to elaborate the research instruments, a key element for access to analog or digital environments. As a methodological procedure, the bibliographical and documentary study on the aspects of archival description and instruments were chosen, based on the Brazilian Standard of Archival Description (NOBRADE), the controlled vocabularies and archival domain metadata proposed by e-Arq Brasil. It was concluded that the professional needs to use the appropriate tools to describe resources, so as to guarantee facili-



ties for access, data integrity and reliability of the documentary environment, in order to meet social demand.

**Keywords:** Access to information; NOBRADE; Controlled vocabulary; Metadata; Archivist.

## Resumen

Las instituciones archivísticas desde sus principios organizan, preservan y ponen a disposición los documentos creados por la sociedad, para que sirvan como evidencia o prueba de algún evento que haya ocurrido. En este sentido, preservar y garantizar el acceso a las informaciones y a los documentos es un acto indispensable. A partir de los años 1980, con las posibilidades proporcionadas por las Tecnologías de la Información y la Comunicación, los archivos pasaron a hacer disponibles sus instrumentos de investigación en el ambiente digital a través de sus *websites*, ampliando las posibilidades de acceso al ciudadano que busca los archivos para satisfacer sus necesidades informacionales. El énfasis en este trabajo está en el proceso de organización y representación de la información archivística; se buscan los instrumentos utilizados en el trabajo del archivista para la elaboración de los instrumentos de investigación, elemento capital para el acceso a los ambientes analógicos o digitales. Como procedimiento metodológico se optó por el estudio bibliográfico y documental acerca de los aspectos de descripción archivística y de los instrumentos, a partir de la Norma Brasileira de Descripción Archivística (NOBRADE), los vocabularios controlados y los metadatos del dominio archivístico propuesto por el e-Arq Brasil. Se concluyó que el profesional necesita utilizar los instrumentos adecuados para la descripción de recursos, de manera que garantice facilidades para el acceso, la integridad de los datos y la confiabilidad del ambiente documental, de manera que atienda la demanda social.

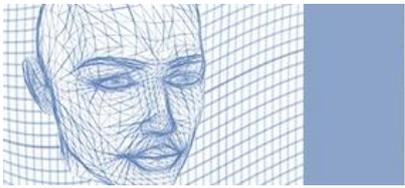
**Palabras clave:** Archivista; Acceso a la información; NOBRADE; Vocabulario controlado; Metadatos.

## 1 Introdução

Organizar, preservar e disponibilizar documentos criados pela humanidade, para que eles sirvam como evidência ou prova de algum evento ocorrido e assim expliquem e deem aderência para os fatos ocorridos, são processos feitos pelas instituições arquivísticas desde seus primórdios.

Nesse contexto, preservar e garantir o acesso às informações e aos documentos é um ato indispensável, visto que são produtos essenciais de uma sociedade organizada. À proporção que uma sociedade se desenvolve, suas atividades crescem em quantidade, diversificação e interdependência nesse contexto, mais documentos são utilizados para que sejam registrados atos que assegurem sua continuidade e se estabeleçam relacionamentos na mesma proporção cresce a necessidade dos arquivos – também conhecidos como unidades de informação – locais de custódia que garantem que documentos e informações sejam preservados e as informações sejam tratadas e disponibilizadas de maneira rápida, fácil e confiável.

A mensagem gerada por um Sistema de Informação, e que por sua vez representa a informação contida nos documentos é denominada de representação do-



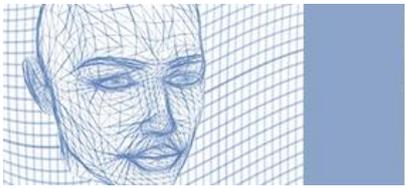
cumentária e codificada por meio da utilização de uma linguagem documentária. Em razão disso, Cervantes (2004, p. 23) alerta que: “a representação documentária não pode comprometer o significado da informação, sendo este um desafio constante que se impõe a um Sistema de Informação”. O processo responsável pela transmissão das informações contidas em um documento irá regular sua geração, sua disseminação, seu uso e reuso possibilitando satisfazer as necessidades informacionais dos usuários dos arquivos.

Segundo Kobashi (2008, p. 47), “um sistema de recuperação de informação, de fato uma forma de expressão da memória coletiva, é construído para responder, de maneira duradora, a necessidades específicas de informação”. Nesse contexto, o tratamento documentário adequado é fundamental para que seja possível a construção de sistemas de armazenamento e recuperação da informação, uma vez que, segundo a autora supracitada, “a recuperação não é factível sem uma ação anterior de tratamento”. Para que seja possível o tratamento da informação deve-se considerar o suporte material e o conteúdo do documento, dando-lhes tratamento diferenciado, visto que a informação documentária se constitui de unidades de representação, construídas a partir da forma (física) e do conteúdo (temático) do documento.

No âmbito dos arquivos, os processos de organização e de representação da informação são desenvolvidos nas atividades de classificação (ordenação física e intelectual dos documentos de maneira hierarquizada e determinando suas interpeleções) e de descrição (organização e representação da informação e do documento).

Nesse cenário, o interesse neste trabalho está no processo de organização e representação da informação arquivística. Assim, buscou-se, entre os instrumentos utilizados no trabalho do arquivista, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE; os vocabulários controlados e os metadados do domínio arquivístico proposto pelo e-Arq Brasil. Optou-se, como procedimento metodológico pelo estudo bibliográfico e documental acerca dos aspectos da descrição arquivística e dos instrumentos utilizados acima citados.

## **2 Descrição Arquivística**



A descrição arquivística tem alterado seu formato e seus objetivos desde a era antiga, quando já se evidenciava a existência dos arquivos, respondendo aos interesses da administração pública com o intuito de salvaguarda dos direitos do cidadão e preservação dos arquivos. Na era medieval os documentos eram transcritos pelos escribas, porém a descrição foi associada ao ato de copiar, o que é percebido como um retrocesso quando comparado ao que se tinha na antiguidade. Na era moderna, a descrição documental garantia a conservação do documento como elemento de evidência das funções realizadas nesse período se materializam os instrumentos de pesquisa como os índices inventários e os instrumentos de referência (LLANES PADRÓN, 2016).

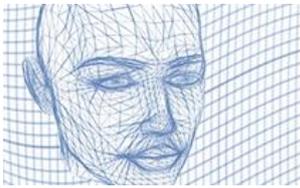
Na idade contemporânea a arquivística adquire caráter científico, apropriando-se da fundamentação teórica da Ciência da Informação e, a partir de estudos teóricos e experimentais sobre a construção de registros descritivos, estrutura seus registros e delimita seus princípios teóricos em relação ao respeito aos fundos, à procedência e à classificação dos documentos. Em razão disso, Llanes Padrón (2016, p. 19, tradução nossa), argumenta que na contemporaneidade:

A descrição passou a ser um processo de tratamento arquivístico independente da organização. Porém precisam-se conhecer todos os elementos vinculados à criação dos documentos que só se podem conhecer por meio da descrição, então se inicia a preocupação com todas as características do documento como seus produtores e seu contexto de criação.

Nesse momento a descrição objetiva facilitar a recuperação dos documentos e o acesso à informação e não mais à custódia. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 66), descrição é um “Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo do documento, para a elaboração de instrumentos de pesquisa”.

Partindo do pressuposto teórico de que a organização física de um arquivo seja ele público ou privado, Tessitore (1986, p. 187) discorre sobre a criação de instrumentos que facilitem a recuperação das informações e dos documentos:

[...] deve refletir a estrutura e as funções do órgão produtor da documentação, torna-se necessário criar instrumentos que facilitem e dinamizem a recuperação da informação neles contida. Aqui reside a importância dos instrumentos de pesquisa: estabelecer o elo entre o



interesse do pesquisador e o documento, fornecer pistas para a localização das fontes referentes aos diversos objetos de pesquisa, através da descrição das séries ou unidades documentais.

A descrição arquivística é uma atividade que divide a opinião de alguns autores da área. Tessitore (2003) e Bellotto (1998) afirmam que essa é uma ação típica de arquivos permanentes, também chamados de arquivos históricos, visto que a elaboração de instrumentos de pesquisa só se justifica para os conjuntos orgânicos de documentos já formalizados e que chegaram ao seu destino final – a custódia permanente – sendo que tais documentos passarão a ser acessados pelo público em geral voltado para pesquisa retrospectiva. Em contraponto a essa ideia, Rodrigues (2003) argumenta que essa função a princípio deveria ser desenvolvida em todas as fases de vida do arquivo (corrente, intermediário e permanente).

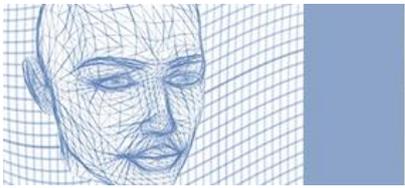
Segundo a Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G) (2001, p. 1):

A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação.

Para a NOBRADE (2006, p. 10), “Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases correntes e intermediárias”. Diante do exposto, a aplicação da Norma para todas as fases do documento é uma possibilidade.

Nessa perspectiva, a descrição arquivística, disciplina da Arquivologia inserida no domínio da Ciência da Informação, investiga propriedades e comportamento da informação, bem como seus meios de processamento para otimização de acesso (LE COADIC, 1996); o uso estratégico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), para representação de documentos no favorecimento do acesso à informação, é considerado como atividade de organização e representação dos documentos.

Duranti (1993, p. 47, tradução nossa) pontua que o termo descrição arquivística tem o significado literal de escrever sobre documentos arquivísticos, e abarca as ideias de representação, identificação e organização.



Ao discorrer sobre o profissional responsável pela construção dos instrumentos de pesquisa, Santos (2003, p.2) afirma que ele deve:

[...] oferecer condições favoráveis de acesso aos códigos formais de representação simbólica, acesso aos canais de transferência da informação e competência na decodificação dos códigos e regras utilizadas para representar conhecimento e descrever informações, documentos e recursos, fazendo valer à informação o papel de possibilitadora de um código inteligente, por meio da construção de pontes, na forma de registros descritivos, que ligam recursos a usuários.

O instrumento de pesquisa é o meio que permite a identificação, a localização e, por conseguinte, a consulta a documentos ou a informações neles contidas - catálogo, guia, índice, inventário, listagem descritiva do acervo, repertório e tabela de equivalência, entre outros.

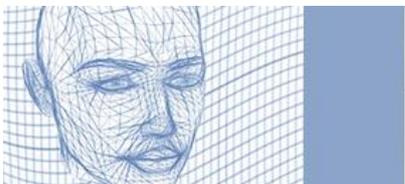
Para que seja possível a elaboração dos instrumentos de pesquisa, condição *sine qua non* para o acesso aos documentos e às informações custodiadas pelos arquivos, o arquivista se vale de instrumentos de trabalho chamados de instrumentos de controle, que o auxiliarão no processo de organização e manutenção do acervo, que serão descritos na próxima seção.

### 3 Instrumentos de trabalho do arquivista

Para a construção dos instrumentos de pesquisa que possibilitem o acesso à informação o arquivista poderá se utilizar das normas ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF, ISDIAH, NOBRADE, dicionários, glossários, vocabulários controlados, tesouros, taxonomias, folksonomias, metadados e *softwares* entre outros.

Para este trabalho elegeu-se a NOBRADE - por ser uma Norma Brasileira de Descrição que contempla a ISAD (G) (Norma Internacional) e a ISAAR (CPF), os vocabulários controlados - por interferirem na organização dos arquivos, visto que, por meio deles, torna-se possível a organização dos arquivos ao nomear, de forma consistente, os pontos de acesso aos documentos e às informações nele contida. Os metadados - por constituírem elementos indispensáveis para representar e contextualizar os documentos visando a sua recuperação nos sistemas de arquivos.

#### 3.1 NOBRADE



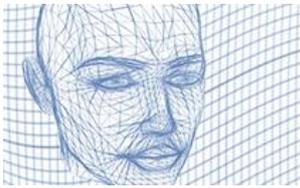
Em 1994 foi publicada pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA – a norma *International Standard of Archival Description – ISAD (G)*. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000) que segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2000, p. 11) “[...] estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para sua criação”.

Nesse contexto, em 2006 foi desenvolvida no Brasil a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE (BRASIL, 2006), fundamentada na ISAD (G) (Norma geral internacional de descrição arquivística), e na ISAAR (CPF) (Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e família).

A NOBRADE inclui uma nova área de descrição, formalizada como “Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registram os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição” (BRASIL, 2006, p. 18).

De acordo com a premissa de identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo, a fim de promover seu acesso, que podem ser alcançados por meio de representações precisas e adequadas e pela organização das representações, conforme modelos predeterminados (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000), a NOBRADE é composta de oito áreas de informação descritiva. As oito áreas de informações descritivas da norma brasileira são estruturadas da seguinte maneira:

1. Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;
2. Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;
3. Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;
4. Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;
5. Área de fontes relacionadas, onde se registram informações sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;
6. Área de notas, onde se registram informações sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;
7. Área de controle da descrição, onde se registram informações sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;
- 8. Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registram os termos selecionados para localização e re-**



**recuperação da unidade de descrição.** (NOBRADE, 2006, p. 18, grifo nosso).

A área oito inclui os pontos de acesso e a indexação de assuntos. Assim, considera-se a representação temática como uma maneira de ampliar o acesso às informações e aos documentos. Vale ressaltar que a NOBRADE, quando comparada com a norma internacional, ampliou as possibilidades de acesso às informações e aos documentos, ao incluir a área oito, que diz respeito aos pontos de acesso e indexação de assuntos, contemplando a representação temática como uma forma de acesso.

### 3.2 Vocabulário Controlado

A norma ANSI/NISO Z39.19 (2005) institui que “[...] vocabulário controlado é uma lista de termos organizados explicitamente. Os termos não podem ser ambíguos, redundantes e devem ser controlados por um registro de autoridades”.

Nessa perspectiva, o vocabulário controlado, desenvolvido pela Documentação, passou a fazer parte do domínio arquivístico, tornando-se instrumento fundamental no sistema de arquivo, criando um padrão na organização e representação da informação para a agilidade e a precisão na recuperação e acesso à informação e aos documentos.

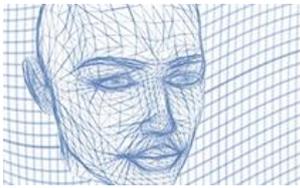
Catarino, Cervantes e Andrade (2015, p. 106) argumentam que “Um vocabulário controlado pode ser tão simples como uma pequena lista de termos ou tão complexo como um tesouro”; assim “[...] visam à padronização da indexação da informação”.

O controle de vocabulário se configura como um instrumento que orienta o arquivista para organizar e categorizar os termos dentro do domínio arquivístico, evitando ambiguidades ou ainda uso equivocado de descritores.

O conjunto de termos adotados para a indexação devem constar na recuperação da informação, visto que o objetivo desse controle está na convergência entre a linguagem utilizada pelo arquivista indexador e a linguagem utilizada pelo usuário.

Smith e Kobashi (2003, p. 13) afirmam que, no âmbito dos arquivos

O controle de vocabulário intervém na organização dos arquivos ao nomear, de forma consistente, os pontos de acesso aos documentos



e à informação neles contida. O objetivo a ser alcançado pelos arquivos nessa óptica, é sempre o da recuperação da informação.

Nesse contexto, o controle de vocabulário configura-se como um recurso na organização e recuperação da informação e dos documentos de maneira consistente, suscitando confiabilidade ao sistema.

### 3.3 Metadados do domínio arquivístico

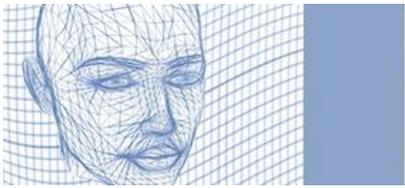
Com as tecnologias presentes já na metade do século XX e com o fortalecimento do uso dessas tecnologias na produção digital, a partir dos anos 1980, os arquivos presenciam mudanças significativas no que diz respeito à produção de documentos arquivísticos em ambientes eletrônicos e digitais bem como a seu gerenciamento nos sistemas informatizados o desafio é garantir que tais documentos sejam confiáveis, autênticos e que possam ser preservados por longo tempo.

Segundo Ribeiro (2002, p. 20) “No contexto socioeconômico, cultural e tecnológico da sociedade da informação, a Arquivística entrou definitivamente em uma nova fase”. Nesse cenário, os metadados se configuram como elementos indispensáveis nos sistemas de arquivos ao representar, contextualizar os documentos e registrar características que são adquiridas no processo da gestão, impedindo que as informações se percam durante o ciclo de vida nos sistemas (ALVES; SANTOS, 2014).

O termo metadados é definido pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) como: “[...] dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 90). Nessa definição, o significado de metadados está associado às funções que exercem no domínio arquivístico.

Alves e Santos (2014), fundamentadas em estudos de Alves (2010) e nas definições estabelecidas pela CTDE, argumentam que metadados arquivísticos são:

Atributos que representam características próprias ou atribuídas a uma entidade que podem estar em um meio digital ou não, com o objetivo de encontrar, gerenciar, compreender, e/ou preservar dados e documentos arquivísticos ao longo de tempo de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos ou outro ambiente arquivístico (ALVES; SANTOS, 2014, p. 4059).

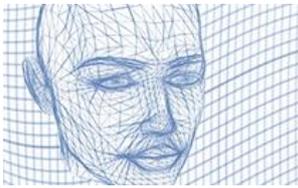


Nessa lógica, os metadados arquivísticos fazem parte de todo ciclo de vida dos documentos, principalmente nos processos da gestão em que os documentos estão representados nos sistemas de arquivo.

A Norma ISO 23081- 1: 2006 *Information and documentation – Records management processes – Metadata for records* estabelece a criação, o gerenciamento e o uso dos metadados para a gestão arquivística de documentos. Esta norma determina os tipos e as categorias de metadados que são fundamentados nas entidades do domínio arquivístico como: Entidade documento – versa sobre o documento e seus agrupamentos; Entidade agente – remete aos responsáveis pelos documentos, atividades e processos; Entidade processos de negócios - abarca as funções, atividades, transações, segurança, e acesso aos documentos; Entidades processos e gestão – abordam os processos de gestão de documentos (INTERNATIONAL ORGANIZATION OF STANDARDIZATION, 2006).

A partir destas entidades a norma supracitada estabelece cinco categorias de metadados: metadados sobre o documento; metadados sobre regras de negócios, política e regulamentação; metadados sobre agentes; metadados sobre processos e negócios e metadados sobre processos de gestão de documentos. Cada categoria contém tipos específicos de metadados, mas não explicita o conjunto de metadados que deverá ser obrigatório, deixando essa opção ser feita a partir da política de cada instituição e de suas atividades bem como os níveis de aplicação dos metadados, que podem ser designados entre metadados aplicados aos documentos individuais; metadados aplicados ao conjunto ou agrupamento dos documentos; e metadados aplicados aos sistemas completos de gestão arquivística de documentos (INTERNATIONAL ORGANIZATION OF STANDARDIZATION, 2006).

O Modelo de Requisitos para os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos e-ARQ Brasil é uma especificação de requisitos que devem ser atendidos pelas organizações produtoras e receptoras de documentos nos sistemas informatizados de gestão arquivística, para que possa ser garantida a confiabilidade, autenticidade e acessibilidade dos documentos, o modelo visa estabelecer requisitos mínimos para os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) – “um conjunto de procedimentos e operações técnicas que vi-



sam o controle do ciclo de vida dos documentos, desde sua produção até sua destinação final”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 11).

O esquema de metadados proposto pelo Modelo de Requisitos e-ARQ Brasil indica um esquema de metadados em seis entidades do domínio arquivístico: entidade documento; entidade evento de gestão; entidade classe; entidade agente; entidade componente de digital e entidade evento de preservação. Para cada entidade há um conjunto também chamado de esquema de metadados.

O e-ARQ Brasil consiste em um esquema conceitual de metadados que apresenta: os metadados, suas definições, seus refinamentos, as especificações que os normalizam, requisitos que atendem ao SIGAD, notas de aplicação e obrigatoriedade dos atributos. O esquema é flexível, visto que cada instituição pode elencar os metadados que mais se compatibilizem com suas necessidades, em concordância com os níveis de obrigatoriedade exigidos (SANTOS; ALVES, 2014).

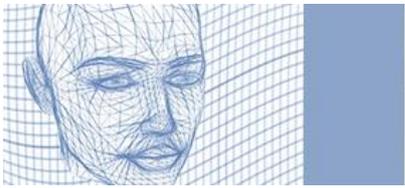
A partir da utilização desses instrumentos, será possível o estabelecimento de esquemas de metadados que, em concordância com os requisitos da instituição arquivística, permita ao arquivista assegurar que as informações sejam representadas de maneira estruturadas e padronizadas, garantindo qualidade ao sistema.

#### 4 Considerações finais

O acesso às informações e aos documentos é o objetivo de toda organização arquivística. Para tanto, os arquivistas constroem catálogos, guias, índices e *websites* que também podem ser denominados de instrumentos de pesquisa, isto é, que possibilitam o acesso às informações disponíveis no sistema de arquivos.

O arquivista realiza a intervenção para facilitar o acesso físico e ao conteúdo das informações custodiadas pela instituição, visto que ao descrever um documento amplia e potencializa a recuperação e o acesso dos usuários às informações arquivísticas a partir dos instrumentos de pesquisa.

Nesse contexto, a utilização da NOBRADE, que estabelece diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos no Brasil, está em conformidade com as normas internacionais ISAD (G) e ISAAR (CPF) e visa facilitar o acesso e o intercâmbio das informações em âmbito nacional e internacional. Com o uso da NO-



BRADE pode-se assegurar descrições consistentes, apropriadas e promover a qualidade do trabalho técnico e a otimização do acesso à informação.

Em razão disso, o vocabulário controlado também é um instrumento que deve fazer parte da rotina do arquivista, visto que ele intervém na organização dos conteúdos informacionais dos documentos e ao nomear de forma consistente os pontos de acesso gera confiabilidade ao sistema de arquivos.

A partir dos recursos tecnológicos inseridos no sistema de arquivo, em especial a aplicação dos metadados, visto que são imprescindíveis no processo de descrição arquivística na organização, no tratamento, na recuperação e no acesso à informação registrada e custodiada, resultou em maiores benefícios aos usuários deste sistema, permitindo a gestão do ciclo de vida dos documentos nos sistemas de arquivo.

## Referências

ALVES, R. C. V.; SANTOS, P. C. L. V. A. C.; Metadados arquivísticos: considerações sobre conceitos, tipos e instrumentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

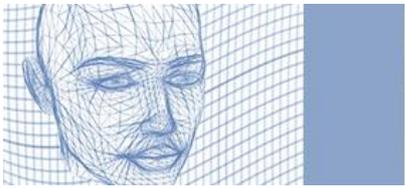
ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CERVANTES, B. M. N. **Contribuição para a terminologia do processo de inteligência competitiva**: estudo teórico e metodológico. Marília, 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004. Disponível em: < [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes\\_bmn\\_me\\_mar\\_prot.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes_bmn_me_mar_prot.pdf) > Acesso em: 20 mai. 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G)**: norma internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. (Publicações Técnicas, n. 49).

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, Ottawa, v. 35, p. 47-54, 1993. Disponível em: < <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837> >. Acesso em: 13 fev. 2014.



INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVE. **ISAD (G)**: General International Standard Archival Description. 2. Ed. Ottawa, 2000. Disponível em: <http://www.ica.org/en/isadg-general-international-standard-archival-description-second-edition>> Acesso em: 12 mar. 2017

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF STANDARDIZATION. **ISO 23081-1**: Information and Documentation – Records management processes - Metadata for records – Part 1 – Principles, 2006.

KOBASHI, N. Y. Linguística textual e elaboração de informações documentárias: algumas reflexões. In: GASPAR, N. R.; ROMÃO, L. M. S. (Org.). **Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação**. São Carlos: EduFscar, 2008, v. 1, p. 47-66. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2501279/mod\\_resource/content/1/KOBASHI%20-%20Lingu%C3%ADstica%20textual.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2501279/mod_resource/content/1/KOBASHI%20-%20Lingu%C3%ADstica%20textual.pdf) > Acesso em: 20 mai. 2017.

LE COADIC, Y. F. A ciência da informação. Brasília, 1996.

LLANES PADRÓN, D. **La descripción archivística em los tiempos posmodernos: conceptos, principios y normas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

RODRIGUES, G.M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. In: Georgete Medleg Rodrigues; Ilza Leite Lopes. (Org.) **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

SANTOS, P. L. V. A. C. Catalogação, formas de representação e construções mentais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/ahttp://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000014162/b5eedeae0958c70e64ef7ba0d7d2fece/14162>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

TESSITORE, V. Os registros de terras de São Paulo: inventário analítico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 12, p 187-196, mar. /ago. 1986. Disponível em: <<file:///C:/Users/Paula/Downloads/vivianetessitore.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.